



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.  
PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300032061

#### EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, em reunião extraordinária levada a efeito em 29-8-2002, sob a presidência do Presidente Pedro Pullen Parente, e com a participação, por telefone, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 31 do Estatuto Social, dos Conselheiros Claudio Luiz da Silva Haddad, Francisco Roberto André Gros, Gerald Dinu Reiss, Guilherme Gomes Dias, Roberto Egydio Setubal e Zenildo Lucena, deliberou (Ata nº 1.214, item único) sobre o seguinte assunto, a seguir transcrito, na íntegra: **"DEBÊNTURES SIMPLES, SEM GARANTIA (QUIROGRAFÁRIAS) E SEM PREFERÊNCIA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EMISSÃO COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO - IGP-M - Retificação de Deliberações:** - Por solicitação do Conselheiro e Presidente da PETROBRAS, Francisco Roberto André Gros, o Diretor Financeiro, João P. Nogueira Batista, apresentou, para deliberação dos mencionados Conselheiros, proposta de retificação de deliberações constantes da Ata CA 1.212, item 4, de 26 de julho de 2002, que autorizou a Companhia a emitir debêntures simples (não conversíveis em ações), sem garantia (quirografárias) e sem preferência, com atualização monetária vinculada ao IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, no valor de até R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). **DECISÃO:** - O Conselho de Administração decidiu retificar determinadas deliberações constantes da Ata CA 1.212, item 4, de 26 de julho de 2002, passando estas deliberações alteradas a vigorar com as redações apresentadas a seguir: **I. Valor total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo). **II. Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures. **III. Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Emissão farão jus à atualização do seu valor nominal e ao pagamento anual de juros (a "Remuneração"): **(a) Atualização** – As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a "Atualização") a partir da data de emissão, ou seja, 1º de agosto de 2002, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:  $VNa = VNe \times C$ , onde: **VNa** = Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; **VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; **C** = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[ \frac{IGP - M_1}{IGP - M_0} \right]^{\frac{dep_1}{360}} \times \left[ \frac{IGP - M_2}{IGP - M_1} \right]^{\frac{dep_2}{360}} \times \dots \times \left[ \frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]^{\frac{dep_n}{360}} \right\}$$

onde: **IGP-M<sub>0</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização; **IGP-M<sub>1</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização; **IGP-M<sub>2</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de



**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**  
**PETROBRAS**

atualização; **IGP-M<sub>n</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização; **IGP-M<sub>n-1</sub>** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n"; **dup** é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro; **dut** é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo "dut" um número inteiro. Para efeitos das definições acima, considera-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e "data base" como sendo o primeiro dia útil de cada mês. O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures, o agente fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Companhia e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Companhia deverá resgatar a totalidade das debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, utilizando-se o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do subitem (c) deste item III. **(b) Periodicidade de Pagamento da Atualização:** A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, somente nos casos de aquisição facultativa ou resgate antecipado obrigatório, se houver, e na Data do Vencimento das Debêntures. **(c) Juros -** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros (os "Juros") correspondentes a uma taxa fixa anual de 11% (onze por cento), já definida em processo de *bookbuilding*. Os Juros serão calculados sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, adotando-se a forma exponencial e cumulativa por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou Data de Vencimento dos Juros (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu vencimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

**onde:** **J** = Valor dos Juros devidos na data de seu vencimento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; **VNa** = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures na data de vencimento dos Juros, calculado com 6 (seis) casas decimais sem



arredondamento; **Fator Juros** = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{n}{252}} \right\}$$

**onde:** taxa = 11% (onze por cento) ao ano; n = número de dias úteis entre o último e o próximo evento contidos em cada período de pagamento dos juros, conforme definido no subitem (d) abaixo, sendo "n" um número inteiro; **(d) Periodicidade de Pagamento dos Juros:** Os Juros serão pagos anualmente, a contar da respectiva data de emissão das debêntures, no dia 1º de agosto dos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, observado as hipóteses de prorrogação de prazo relativas a esta emissão (as "Datas de Vencimento dos Juros"). **IV. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures da emissão deverão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública que será de até seis meses a contar do registro de distribuição pública concedido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e do sistema de negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, sendo custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. A qualquer momento durante o prazo de subscrição, as Debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas poderão ser canceladas, a exclusivo critério da Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, sendo então considerado para todos os efeitos encerrado o prazo de distribuição, devendo a Companhia proceder à publicação do anúncio de encerramento de distribuição no prazo previsto na legislação em vigor. Sem prejuízo do disposto acima, encerrado o prazo de distribuição, as Debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia. **V. Vencimento Antecipado:** Com relação ao item XV constante da ata de Reunião do Conselho de Administração de 26 de julho de 2002, a alínea (h) passa a vigorar com a seguinte redação: "(h) as declarações previstas na Escritura da Emissão provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas nas respectivas datas em que foram feitas, exceto se de tal fato não acarretar um efeito material adverso para a Companhia ou um efeito material adverso nos direitos dos Debenturistas, competindo ao Agente Fiduciário, após discussão com a Companhia, declarar, a seu exclusivo critério, de forma fundamentada e por escrito, a ocorrência de um evento material adverso que afete a Companhia e/ou os Debenturistas". **VI. Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada. Não obstante o anteriormente disposto, a Companhia e debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação (sendo excluídas para fins de contabilização desse quorum as debêntures em tesouraria e de titularidade de coligadas, controladas, controladores, diretores ou conselheiros da Companhia incluindo pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer uma dessas pessoas), poderão modificar condições de remuneração e/ou prazo de vencimento das debêntures, observado o disposto na respectiva Escritura da Emissão. Ficam ratificadas desde já todas as demais disposições constantes da Reunião nº 1.212, item 4, de 26 de julho de 2002, do Conselho de Administração, que não foram aqui expressamente modificadas." -- Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2002. Hélio Shiguenobu Fujikawa - Secretário-Geral da PETROBRAS.